


na “cadeira da verdade”:
a ação política dos padres por meio dos
púlpitos em Minas Gerais regencial

Júlia Lopes Viana Lazzarini* 
universidade federal rural do rio de
janeiro
rio de janeiro - rio de janeiro - brasil

resumo

Neste artigo analisamos a forma pela qual muitos dos párocos e padres se expressaram por meio da imprensa atuante em Minas Gerais durante a década de 1830, sendo que muitos deles foram membros ou apoiadores dos diferentes grupos políticos existentes. Buscamos também destacar os discursos feitos pelos párocos durante o processo eleitoral, levando em consideração as publicações feitas pela imprensa periódica da província. Com isso, observou-se a atuação dos párocos por meio dos púlpitos durante suas funções, legitimamente designadas pela Igreja (enquanto pároco) e pelo Estado (enquanto um funcionário público), o que dava aos padres posição privilegiado durando as disputas eleitorais.

Palavras-chave: Padres; Púlpitos; Imprensa.

abstract

In this article, we analyze the way in which many of the parish-priests and priests expressed themselves through the press in Minas Gerais during the 1830s, many of whom were members or supporters of the different existing political groups. We also seek to highlight the speeches made by the parish priests during the electoral process, taking into account the publications of the province's periodical press. As a result, it was observed that the parish priests acted through the pulpits during their functions, legitimately designated by the Church (as parish priest) and by the State (as a public official), which had given priests a privileged position during the electoral disputes.

Keywords: Priests; Pulpits; Press.

* Graduada e mestre em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei. Doutoranda em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: jllazzarini@gmail.com.

Introdução: a presença dos padres no sistema eleitoral

O clero, dando destaque aos padres políticos, foi formado predominantemente por indivíduos oriundos de famílias de médios proprietários (militares, fazendeiros e comerciantes), outros tantos advieram de famílias abastadas de proprietários rurais, enquanto alguns outros tiveram suas origens em famílias pobres (SOUZA, 2010). Essa heterogeneidade foi propiciada pelo prestígio que o clero ainda gozava na sociedade oitocentista, atraindo filhos de famílias de grandes e médios proprietários; ao mesmo tempo em que também dava maior margem para ascensão e para educação aos pequenos proprietários ou a indivíduos sem propriedades, mesmo quando esses últimos possuísem auxílio de padrinhos.

As carreiras que se desenvolviam a partir do sacerdócio parecem ligar-se na maior parte das vezes à busca por paróquias e ao exercício pastoral nas vilas e freguesias de maneira que os assegurasse estabilidade financeira (um posto bastante concorrido no meio clerical foram as vigararias nas paróquias mais ricas e populosas). Politicamente, os clérigos invariavelmente fizeram parte das câmaras municipais das vilas em que residiram ou em que pastorearam, mostrando uma tendência que partia do poder local, nas vilas, direcionando-se para os cargos provinciais e por vezes chegando ao âmbito nacional por meio das assembleias gerais. Contudo, podemos apontar que a carreira eclesiástica e a carreira política podiam se conectar na medida em que um cargo eclesiástico, e o prestígio dele advindo, poderia influir na escolha para representantes. Da mesma maneira, um cargo político e seu respectivo capital político poderia auxiliar quanto a escolha dos sacerdotes para os postos de Dignidade nos cabidos das dioceses. Nesse escopo, os padres políticos não escaparam das “ideias do século”, aliás, muitos deles procuraram se distinguir não só por meio de seus cargos, mas também por meio de honrarias e comendas cedidas pelo imperador, como foi o caso de Ribeiro Bhering (LUZ, 2016).

Nossa análise indicou que a trajetória política dos padres, na maioria das vezes, podia se relacionar com seus ofícios clericais, não somente enquanto clérigos atuantes por meio de suas redes de influência – utilizando-se de suas relações de parentesco, de seu poder simbólico e político em função de interesses políticos e/ou econômicos, como evidenciados por Silva (2012) –, mas também por meio de um aparato oficialmente cedido pelo Estado: suas funções durante o processo eleitoral.

Os padres tinham direitos equivalentes aos demais cidadãos leigos que se encaixavam nos padrões censitários exigidos em lei, possuíam também algumas especificidades de grande importância no seio da sociedade imperial, inclusive durante as eleições. Com as instruções de 1824, as eleições primárias (assembleias paroquiais), que tinham o objetivo de escolher aqueles que seriam os eleitores, eram feitas em cada freguesia; após a nomeação dos eleitores, as eleições dos deputados e senadores se desenrolavam nas “cabeças de distrito” das províncias (os chamados colégios eleitorais), sendo que Minas Gerais contou com o maior número de cabeças de distritos nesse momento (SOUZA, 1979, p. 188 e 191-193).¹ Cada uma dessas localidades onde ocorriam os pleitos - que aliás se davam dentro de igrejas e capelas - contava com uma mesa eleitoral, formada pelo juiz de fora, pelo pároco, por dois secretários e por mais dois escrutinadores. O capítulo II das Instruções de 26 de março de 1824 determinava que:

§2º Terminada a cerimônia religiosa, posta uma mesa no corpo da Igreja, tomará o Presidente assento à cabeceira dela, ficando a seu lado o Pároco, ou o Sacerdote, que suas vezes fizer, em cadeiras de espaldar. Todos os mais assistentes terão assentos sem precedência, e estarão sem armas e a portas abertas. O Presidente fará em voz alta e inteligível a leitura deste capítulo e do antecedente.

§ 3º O Presidente de acordo com o pároco, proporá à assembleia eleitoral dois cidadãos para Secretários e dois para Escrutinadores, que sejam pessoas de confiança pública, as quais sendo aprovadas ou rejeitadas por aclamação do povo, tomarão lugar de um e outro lado. O Presidente, o Pároco, os Secretários e os Escrutinadores formam a mesa da assembleia paroquial (INSTRUÇÕES DE 26 DE MARÇO DE 1824).

O pároco ou sacerdote era um dos membros da mesa eleitoral – geralmente era o vigário, mas podia ser também qualquer outro clérigo que tivesse condições de desempenhar as funções exigidas e que fosse designado por seu superior –, junto com o presidente formavam a dupla precedente às eleições. O pároco era responsável por listar e divulgar nas portas das igrejas o número de fogos de sua freguesia, de acordo com a quantidade de fogos se definia o número de eleitores que poderiam ser nomeados em cada

¹ As cabeças de distrito de Minas Gerais foram: Ouro Preto; Mariana; Sabará; Pitangui; Paracatu; São Romão; São João Del Rei; Campanha; Tamanduá; Vila do Príncipe e Nossa Senhora do Bom Sucesso.

assembleia paroquial. Em algumas regiões do Brasil comprovou-se que essa forma de organização das listas dava margens para fraudes quanto ao número de eleitores - alguns chegavam a votar mais de uma vez na mesma eleição -, favorecendo a um dos grupos políticos em disputa (SOUZA, 1979, p. 53-56). Ambos, presidente e pároco, eram responsáveis pela nomeação dos outros membros da mesa, que supostamente deveriam ser aceitos, de comum acordo, pelo povo.

Se observarmos essas funções de forma prática podemos levar em consideração a ideia de que os cidadãos fossem passíveis ou não de serem aceitos como votantes pela mesa eleitoral, mesmo que se encaixassem no censo, posto que não existia qualificação prévia dos indivíduos com direito ao voto nas freguesias. A partir daí o cerceamento dos votos para eleitores e a definição da eleição para deputados, senadores ou conselheiros dependia muitas vezes dos interesses da mesa eleitoral. De acordo com Soares de Souza (1979, p. 53-56), a mesa possuía poder ilimitado, aceitando “os votos de quem queria” e recusando outros “a pretexto de falta de condições legais”.

Além dos artifícios que possibilitavam a ação da mesa eleitoral em proveito de seus próprios interesses ou dos “interesses da nação”, cabe dizermos que a violência, os subornos e as trocas de favores também influenciavam os pleitos. Nesse caso, não foram poucas as vezes em que denúncias a respeito de “cabalas” apareceram nas páginas dos jornais. As eleições se configuravam como um momento de escalada de conflitos entre os grupos em disputa, dando extensão ao campo político para o espaço do cotidiano, acentuando divergências e nutrindo alianças. É interessante observar as vitórias acachapantes do período. Em 1833, os eleitores escolhidos pelos votantes se mostraram majoritariamente liberais - aliás, em várias freguesias de Minas Gerais não houve nem sequer um eleitor caramuru, como no caso de Sabará e de Piranga. Conflitos entre a mesa eleitoral e caramurus foram descritas em Ouro Preto no mesmo ano, assim como em São João del-Rei. Em Ouro Preto, o secretário da mesa eleitoral, o liberal Francisco de Paula Santos, foi acusado pelo periódico caramuru o Grito do Povo de ter insultado o pároco “suspense”, Francisco Pereira de Carvalho, que apresentou o número de fogos existentes na vila e se posicionou contrário a anulação de algumas listas de votantes. Em sua defesa, o secretário da mesa apenas afirmou que, como um membro da mesa eleitoral, estava em posse de seus direitos de recusa de listas e que não se “poderia sequestrar aos direitos de

respeito”, sendo ele, “um antigo admirador dos talentos que adornam a pessoa do senhor Padre Francisco Pereira de Carvalho” (O UNIVERSAL, 11 de março de 1833, nº 876).

Apesar de os párocos terem desempenhado papéis orgânicos no desenrolar das eleições, o papel do clero que nos parece ter sido o mais específico e o mais importante a ser ressaltado foi sua presença nos púlpitos durante os processos de escolha de representantes. Até 1828 os padres ainda eram os responsáveis pela identificação dos votantes, mas, a partir de então, essa função passou a ser exercida em conjunção com os juízes de paz. Assim, o clero foi perdendo algumas funções que anteriormente eram exclusividades suas (SANTIROCCHI, 2011, p. 192). O sistema eleitoral permaneceu o mesmo até 1842, quando se iniciou uma série de reformas após a ascensão do regresso conservador e do ultramontanismo (promovido por vários bispos com o apoio de alguns políticos). Conquanto, uma das atribuições do pároco que permaneceu incólume às reformas eleitorais, mesmo as de viés ultramontano, foram as celebrações das missas e *Te Deums* solenes.

A missa do Espírito Santo era rezada pelo pároco nas dependências da igreja matriz anteriormente ao pleito e logo em seguida era obrigação que o padre fizesse uma “oração” “análoga ao objeto” e às “circunstâncias” eleitorais (SOUZA, 1979). Essas orações, na verdade, se tratavam de discursos referentes às eleições, nas quais o pároco ou sacerdote responsável deveria supostamente se apresentar como uma figura “neutra” entre os grupos políticos em disputa com o objetivo de apaziguar os ânimos que normalmente se exaltavam nesses eventos. Esse momento de contato direto com os cidadãos - que provavelmente deve ter sido nutrido a longo prazo no dia a dia nas paróquias, ao menos no caso dos vigários e capelães - podia se apresentar como uma oportunidade para o pároco expressar suas ideias, mensagens, sugestões, posicionamentos políticos velados ou abertos. Com isso, vemos que o próprio sistema eleitoral ofereceu espaço de ação aos párocos por meio dos púlpitos durante quase todo o século XIX, somente em 1881 se aboliu a presença dos párocos durante as eleições.

Sob esses moldes, as eleições ocorreram de forma frequente durante o período imperial, inclusive durante as regências, marcadas pelas disputas inflamáveis entre liberais e futuros conservadores. Os periódicos são as principais fontes para que possamos ter alguma noção da importância da presença dos párocos nos processos eleitorais de então. Era comum que os correspondentes ao relatarem as eleições divulgassem o nome

do pároco que fez o discurso de abertura dos pleitos, por se tratarem geralmente de periódicos liberais os discursos que tiveram maior destaque e elogios foram aqueles que favoreceram o grupo político ao qual o jornal se alinhava, os discursos que se mostraram contrários aos liberais foram criticados e seus oradores acusados de retrógrados e contrários as causas da nação e do império.

Os discursos apoiados nem sempre foram publicados integralmente, mas foram corriqueiramente designados como “patrióticos” e seus oradores como indivíduos “ilustres” e “dignos”. É significativa a forma como foram proferidas tais “orações”, possuindo um misto de religião e política - característica própria do clero de então, que se via de certa forma alimentado pelo apoio de parte considerável da elite política, ao mesmo tempo em que nutria uma oratória sermônica.² Nesse contexto, é possível supor que os padres possam ter influenciado na tomada de decisão de parte do eleitorado que ainda pudesse estar sem um posicionamento conclusivo quanto a seu voto. Contudo, quais foram as ideias que se apresentaram nos discursos “político-religiosos” dos padres naqueles momentos? Poderiam eles sugerir que os votantes e eleitores direcionassem seus votos a facções políticas específicas? Teriam os padres incentivado o apoio a determinados grupos políticos? Nestes pontos, as fontes periódicas se apresentam como o melhor caminho para a investigação, posto que os discursos e sermões recebiam a atenção dos redatores, sendo publicados e por vezes até mesmo debatidos. A imprensa foi, de fato, o único espaço em que se disponibilizou os discursos dos padres e aos quais temos acesso hoje. Não contamos aqui com a análise de livros ou panfletos propriamente religiosos, mas sim com publicações que dão margens a análise das posições político-religiosas dos clérigos durante festas cívicas e no desenrolar dos processos eleitorais.

os púlpitos e a imprensa periódica em meio às disputas políticas

Segundo Thaís Aguiar (2015, p. 126), a literatura do século XIX, dando destaque a francesa, faz referências interessantes a serem observadas: as multidões eram normalmente relatadas com horror, análogas a “horda animal, à poderosa torrente, e a

² Tais publicações estão disponíveis para análise em diversas edições do periódico O Universal e também nas do Astro de Minas. Sobre a oratória sagrada dos padres no início do século XIX ver Maria Renata da Cruz Duran (2010).

toda caracterização do submundo social vinculado ao alcoolismo, à promiscuidade, à loucura, e muitas vezes à criminalidade nas classes populares”. Interessante é que essas percepções não escaparam a elite política e intelectual brasileira. A sedição militar de Ouro Preto - vista pelos liberais de Minas como restauradora, teve início em março de 1833 e fim em junho do mesmo ano - contou com a conivência de parte significativa dos habitantes ouro-pretanos e das localidades por onde suas ramificações se estenderam (SILVA, 2009, p. 287-289). Dentre os indivíduos que deram corpo a revolta, estiveram parte da elite de Ouro Preto, juízes de paz, militares de linha, alguns funcionários públicos, proprietários e comerciantes, mas também roceiros e homens pobres livres. O Universal³ acusou e condenou nominalmente por meio de pesadas críticas muitos dos indivíduos que auxiliaram ou que por algum motivo foram coniventes aos sediciosos restauradores.

Vejamos em uma passagem do Universal a descrição do redator: “Aqueles mesmos que nas praças e nas ruas davam vivas aos caramurus, e celebravam a sua vitória, reconhecem hoje que foi tudo uma ‘cachaçada’” (sic). E prossegue ao afirmar que:

Os encarregados de promover a sedição não perdiam ocasião alguma de incendiar os ânimos e de chamarem ao seu os descontentes, formando assim uma congregação dos Oficiais da Tropa da 1ª Linha, de alguns Empregados Públicos, e da mais gente, que perdida na opinião pública só buscava asilo no foco da perversidade (O UNIVERSAL, 05 de junho de 1833, nº 885).

Além das críticas e acusações a pessoas de grupos específicos, houve também preocupações em relação ao que se chamou por gente “perdida na opinião pública”, pessoas que seguiram a torrente do “partido” caramuru. A forma de se inferiorizar o partido oposto ao governo situacional era afirmar que tudo aquilo não passou, no fim das contas, de “uma cachaçada”, formada por “bêbados e ladrões” (O UNIVERSAL, 27 de maio de 1833, nº 881). O que os liberais parecem apontar sobre o movimento é que ele foi formado predominantemente pela “tropa insubordinada e pelo povo amotinado” (O UNIVERSAL, 03 de julho de 1833, nº 897), visto como “iludido” devido a sua falta de

³ O Universal, que atuou de 1825 a 1842, sendo o periódico que mais circulou na capital mineira. A princípio teve como idealista Bernardo Pereira de Vasconcelos, mas com sua virada conservadora a folha passou a ser editada por José Pedro Dias de Carvalho, um dos líderes do grupo liberal mineiro. As informações sobre os periódicos estão disponíveis, assim como as que virão adiante, em José Pedro Xavier da Veiga (1897).

esclarecimento, sendo facilmente manipulado pela oposição (O UNIVERSAL, 16 de agosto de 1833, nº 916).

É axiomática a forma como a elite letrada enxergava o povo, caracterizando-o como uma “multidão inconsciente”, sujeito as “trevas da ignorância”, ao “furor” e às “paixões”.⁴ Salta aos olhos a preocupação dos representantes mineiros, assim como da imprensa, quanto à instrução da população mais pobre como uma forma de se minimizar ou neutralizar as “paixões” das massas por meio da “civilização”, ou seja, pela “ilustração”. Além disso, o apelo ao povo quanto à escolha de bons representantes também se mostra, por vezes, por uma pedagogia política expressa pela elite letrada. Para ser um “bom eleitor” a imprensa moderada enumerava qualidades. Vejamos:

As qualidades pois, indispensáveis a um bom Eleitor, reduzem-se a que seja animado do amor do bem público, tenha uma madura circunspecção e seja dotado de uma integridade de consciência à toda prova: sendo porém estes dotes internos, conveniente é que se hajam feito conhecidos por ações externas, e neste caso somente a experiência, e uma experiência meditada, saberá dirigir com acerto as eleições dos eleitores, a fim de não serem frustrados, nem iludidos criminosamente os desejos e a vontade Nacional (O UNIVERSAL, 25 de fevereiro de 1833, nº 870).

Prossigamos com os alertas:

Se o Eleitor não tiver probidade, para bem usar destes poderes, que sê-lhes transferem, com bem pouco escrúpulo trairá ele os seus outorgantes; e arredado da honra e da Lei, entregue a suas inclinações particulares, ou ao impulso de cegas e loucas paixões, bronzeando os ouvidos aos clamores do povo, e hospede às necessidades da Pátria, além passará as barreiras do justo e falseará destarte a confiança Nacional. (O UNIVERSAL, 25 de fevereiro de 1833, nº 870).

Essa tentativa de educar o cidadão votante quanto à escolha dos eleitores, quem de fato escolhe os deputados, passa pela exaltação das qualidades morais dos possíveis eleitores – como “integridade” –, mas também passa por características e por capacidades racionais – por uma “experiência meditada” –, que permite que o eleitor não aja por meio

⁴ Expressões usadas frequentemente nos jornais mineiros.

de “paixões”. Essa “louca paixão”, rechaçada pelos “ilustrados” de Minas, vai de encontro às premissas da racionalidade colocadas no pedestal pela elite política do período, sobretudo pelos indivíduos influenciados pelos ideais liberais e iluministas.

A tentativa de se educar os votantes passa também pela tentativa de se neutralizar a população que, naquele momento, passara a ter direitos políticos há pouquíssimo tempo. É importante salientar que a instrução pública que se iniciara de forma mais controlada pelo governo provincial mineiro a partir de 1835 abrangeu indivíduos dos 8 aos 14 anos, portanto, é possível supor que quase toda a população pobre em idade para ser votante, acima de 21 anos, provavelmente era analfabeta, salvo possíveis exceções. Sob essas circunstâncias, a elite ilustrada mineira agia por meio de um “mercado de pensamentos” que se preocupava em difundir as “luzes” através da imprensa; para tentar contornar o problema do analfabetismo as leituras em voz alta àqueles que não sabiam ler poderiam ser uma forma de transmitir as mensagens pretendidas (SILVA, 2009, p. 136-137). Entretanto, uma outra maneira de se chegar ao povo são os discursos e sermões dos padres durante as missas, nas festas e ao longo dos próprios pleitos.

Os artifícios usados para o direcionamento das “ovelhas” ao “caminho correto” foram claras e podem ter chegado à população de forma mais efetiva, principalmente durante os discursos que precediam as eleições paroquiais, nos cortejos e nas festas comemorativas. Por meio dos periódicos mineiros podemos ver como os padres exerceram sua oratória em função de suas crenças políticas e religiosas. Ainda para o Primeiro Reinado, Ana Rosa Clochet da Silva já havia destacado o papel subversivo que os clérigos podiam desempenhar em Minas Gerais (SILVA, 2012, p. 134). De acordo com O Novo Argos⁵, durante as eleições paroquiais (eleições primárias) em Ouro Preto, no ano de 1833, o vigário encomendado Manoel da Costa Ferreira teria investido contra aqueles que queriam as reformas constitucionais ao afirmar que “tais homens [defensores das reformas] pretendiam fazer estender os ‘ramos da árvore, destruindo-lhe a cabeça’”. Findo seu discurso, o padre Costa Ferreira supostamente aconselhou ao povo que “fugisse dos espíritos inovadores”, abrindo, possivelmente, espaço para questionamentos quanto as posições defendidas pelos liberais moderados durante o período eleitoral (O NOVO ARGOS, 15 de março de 1833, nº 172). Alguns dias depois, reuniu-se o colégio eleitoral

⁵ O periódico liberal O Novo Argos, de Ouro Preto, atuou de 1829 a 1834 sob a edição do padre, professor e Conselheiro Antônio José Ribeiro Bhering, que posteriormente se elegeu deputado provincial e geral por Minas Gerais.

de Ouro Preto para finalmente escolherem os deputados, mas Costa Ferreira já não era o orador; a função foi passada ao padre José Antônio Marinho, que recitou seu discurso levando em consideração os eventos ocorridos em Minas alguns meses antes. De acordo com o padre liberal:

Se os escravos do Duque de Bragança, encerrados e sitiados dentro destas montanhas, ufanavam-se de entregar as chamas e a pilhagem, as fortunas Públicas e particulares; se uma pequena fração dessa Tropa amotinada, saindo para fora da Capital ameaçava sem reboço de morte à Pais de Família, Cidadãos pacíficos, Autoridades constituídas; e derramaram o susto, e a consternação no seio da Famílias daqueles cujo único crime era a lealdade ao Trono do Sr. D. Pedro II, e amor a Liberdade, obrigando-os a deixar suas casas para salvarem suas vidas e sua honra. Qual será, senhores Eleitores, a medida dos horrores e dos atentados no caso impossível da projetada restauração? Pesai, senhores Eleitores, e julgai de quanta ponderação não é o ato que vamos praticar escolhendo um homem que pode com seu voto talvez apartar ou abreviar a aluvião de males que tememos (O UNIVERSAL, 09 de setembro de 1833, nº 926).

Como um dos pilares do liberalismo em Minas Gerais, Marinho deixou extremamente clara sua aversão aos restauradores. O discurso proferido buscou dar ênfase as atitudes dos restauradores durante a tomada de Ouro Preto e a deposição do Governo de Melo e Souza. De acordo com suas concepções políticas, Marinho pretendeu mostrar os “horrores” e o “aluvião de males” causados pela “projetada restauração”, sempre dirigindo seu discurso aos “senhores Eleitores”. Em sua conclusão, Marinho apela:

Ah! Senhores! É tempo de nos designarmos: os exemplos altamente clamam de todas as partes, e tome cada um o seu lugar; preencha cada um o seu dever: eu executo o meu, pregando-vos a verdade; vós executais o vosso, elegendo com os olhos em Deus um Deputado: para acertardes invocais de toda a vossa alma a sua Graça; ele jamais a recusa aos que de coração a imploram (O UNIVERSAL, 09 de setembro de 1833, nº 926).

Marinho deixa claro que o seu dever é mostrar a “verdade” aos eleitores, o que acaba reforçando uma noção recorrente: de que o pároco supostamente ocupava a

“cadeira da verdade”.⁶ Em seu apelo, o padre afirma que “Deus” estava presente para auxiliar aos eleitores quanto a escolha acertada dos Deputados. Desse modo, podemos imaginar que, para o orador, “Deus” estava ao lado dos liberais? Ao que parece, a resposta é sim! Na medida em que Marinho busca associar todos os males aos restauradores - tratados como “liberticidas” e “escravos do Duque de Bragança” - fica clara a relação de que os bons deputados não estavam presentes nas fileiras restauradoras.

De acordo com o Astro de Minas⁷, um ano depois, em 1834, o colégio eleitoral se reuniu na vila de São João del-Rei a fim de eleger um representante ao Senado, após a nomeação da mesa – em que se figurou como secretário o padre Francisco Antônio da Costa, que aliás foi eleito deputado para a primeira legislatura provincial -, e com o final da missa do Espírito Santo, o padre José Francisco Lopes se dirigiu aos 39 eleitores ali presentes ao proferir seu “enérgico discurso”, mostrando os deveres dos eleitores e “o cuidado que deveriam ter em não votar em falsos liberais, que ávidos de empregos, inculcam-se patriotas a fim de captarem votos e depois conspirarem contra os que os elevaram irrefletidamente” (O ASTRO DE MINAS, 08 de maio de 1834, nº 1010).

Em outros eventos claramente políticos, como as comemorações cívicas, normalmente se encomendavam missas e discursos em função do tema disposto; novamente o clero estabelecia contato com o povo. Após o sucesso quanto às investidas contra os sediciosos de Ouro Preto, uma série de vilas e distritos promoveram festejos em comemoração, houve música, desfiles, fogos, missas, discursos e *Te Deums* por toda a província. Em alguns casos, discursos foram publicados por meio das notícias que chegavam por carta aos periódicos mineiros. O redator do Vigilante⁸ remeteu-se aos festejos de Sabará com grande entusiasmo e congratulou o “eloquente discurso” do reverendo Manoel dos Santos Ferreira que “mostrou as vantagens que acabam de se alcançar” com a triunfo dos defensores da lei (O VIGILANTE, 05 de junho de 1833, nº 112). No mesmo contexto, mas com indivíduos e localidades distintas, o periódico o Universal achou por bem publicar o discurso do padre Justiniano da Cunha Pereira⁹,

⁶ Essa noção de que os padres tinham o dever de orientar os eleitores já se apresentava pelo menos desde a implementação das eleições da década de 1820. Em Minas, Clochet da Silva (2012) apresentou indícios do uso da influência de alguns padres para fins pessoais ou políticos. Com isso, é importante salientar que os párocos muitas vezes se aproximaram dos membros das elites regionais, fossem eles políticos, fazendeiros ou intelectuais.

⁷ O periódico liberal O Astro de Minas, de São João del-Rei, atuou de 1827 a 1839; foi fundado pelo comerciante Baptista Caetano de Almeida, mas em 1835 passa para as mãos do padre, professor e político José Antônio Marinho, com o auxílio do também padre e bibliotecário Francisco de Assis Brasiel.

⁸ O Vigilante, periódico liberal editado em Sabará.

⁹ Após alguns anos Justiniano da Cunha Pereira se mostrará como um dos principais defensores do regresso em Minas Gerais. Foi redator do periódico O Parahybuna e também o autor da sátira O Clube dos Anarquistas.

proferido em Lamim, distrito de Piranga. De acordo com Pereira, Deus teria influenciado a vitória da legalidade:

Se uma execranda sedição que ameaçava as fortunas de uns, pedia as cabeças de outros e quebrantava todas as leis se vê hoje prostrada e esmigalhada em terra; se seus raivosos cúmplices jazem ferrolhados, expiando a enormidade do crime no horror do cárcere; se finalmente estamos salvos de uma guerra civil; se conservamos a dignidade da Regência e a majestade das Leis, à quem, senhores, a quem devemos tudo isso, senão à visível proteção do Altíssimo? (...)

Quão magnificas não são pois as Obras do Senhor! Quão profundos os conselhos da sua Sabedoria! Só Deus pode fazer sair a luz das trevas e a ventura do centro da desgraça. (...) Sua Providencia nos livrou da fúria dos sediciosos; sua justiça puniu os sediciosos; eis aqui o que desejo mostrar-vos na série do meu discurso (O UNIVERSAL, 04 de setembro de 1833, nº 924).

Justiniano da Cunha Pereira nunca chegou a exercer cargos legislativos de maior visibilidade na província, mas se destacou quanto aos seus posicionamentos políticos expressos nos púlpitos e em seus escritos. No discurso que analisamos vemos um traço marcante, o uso da religião católica como legitimação do poder político do grupo, que naquele momento se apresentava com os liberais. Mesmo com todos os empenhos das autoridades provinciais em retomar o poder na capital os legalistas só saíram vitoriosos graças ao auxílio e proteção do “Altíssimo”. Para Cunha Pereira, os sediciosos não poderiam possuir o auxílio e proteção de Deus, posto que não obedeciam “às autoridades legitimamente constituídas”, como bem manda a máxima “não só da verdadeira política, mas da pura religião”. Apesar dos “sediciosos” terem afirmado que um dos motivos para a tomada do poder em Ouro Preto fosse a defesa da Religião, tal perspectiva não foi levada a sério por Justiniano da Cunha Pereira e pelos liberais, se figurando muito mais como uma atitude política “fanática”, “ignorante” ou em última instância uma espécie de justificativa dissimulada para tomarem o poder:

Tal invento é o suprassumo da maldade, da ignorância e do fanatismo. Os liberais não são perjuros nem apóstatas: eles conhecem o que devem a religião, que ela é o princípio dos bons costumes, que o edifício da política vacila e cai, desde que se move está primeira base (O UNIVERSAL, 04 de setembro de 1833, nº 924).

Isso posto, a religião seria a base da política e o sustentáculo do “edifício social” que os regia, fato reconhecido e valorizado pelos liberais de Minas. Mas o padre orador chama atenção para outro ponto, os supostos planos para se “declarar a república” usados como um dos motivos para que os “antigos servos do Duque de Bragança” aticassem “o facho da discórdia” em Ouro Preto. A ideia de que os liberais pretendiam proclamar a república – especificamente o presidente da província Manoel Ignácio de Mello e Sousa e os conselheiros Bernardo Pereira de Vasconcellos e o padre José Bento Leite Ferreira de Mello – parece ter causado grande incredulidade e certa indignação ao orador:

Proclamar a república! E é possível que houvessem pessoas tão simples e ignorantes que tal impostura acreditassem! É possível que tão estafado embuste, tão sedição intriga custasse o sangue e a vida de tantos cidadãos inocentes! Grande Deus! Que mal benigna tirara de cima de nossos olhos o denso véu das ilusões! Aonde existia essa decantada República, senão na mente enferma dos sediciosos, cujos frenéticos sonhos só apresentavam fantasmas e extravagancias? (O UNIVERSAL, 04 de setembro de 1833, nº 924).

De acordo com o padre, essa República só estava presente no imaginário dos caramurus e dos “ignorantes”, incapazes de perceberem que essas ideias não passavam de “intrigas” e embustes”. Há no discurso o elemento religioso e o político, se entrelaçando por meio de uma lógica que procura justificar os acontecimentos bem-sucedidos por meio da benção divina e pelas luzes da razão.

Com natalício do imperador Pedro II, que também era comemorado pelos cidadãos, os festejos e os discursos patrióticos pululavam pelo país. Em Sabará, no de 1833, a comemoração contou com “o patriotismo e entusiasmo” do povo que se reuniu nas ruas e na capela onde o pároco, já bastante respeitado pela imprensa liberal daquela vila, proferiu seu discurso. De acordo com o Vigilante:

Subiu à tribuna da verdade o insigne orador e bem conhecido por seus talentos e liberalismo, o Senhor Rev. Manoel dos Santos Ferreira; e num eloquente e detalhado discurso cheio do fogo sagrado que o animava e de transportes arrebatadores mostrou a utilidade que proveria ao Brasil da consolidação do sistema monárquico representativo, principalmente quando um príncipe nascido no solo Americano, educado segundo as máximas do século e dos princípios liberais e isento dos prejuízos de nascimento que alienaram o coração de seu pai (O VIGILANTE, 07 de dezembro de 1833, nº 165).

Essas ideias tiveram o apoio dos liberais, ao mesmo tempo em que defendiam a monarquia constitucional e à Pedro II como um príncipe que defenderia a liberdade e os interesses da nação. Em 1836, o aniversário de Pedro II foi festejado na vila de Barbacena, mas o relato do Universal não demonstrou a mesma satisfação que o Vigilante havia tido em Sabará três anos antes. As mudanças no contexto político talvez tenham influenciado quanto a atenção que o redator do periódico ouro-pretano deu ao discurso de um certo sacerdote regressista. Para o redator do Universal, o orador teria agido errado ao usar o púlpito para criticar a regência quando o tema de seu discurso deveria ser a felicitação de D. Pedro II e o respeito à monarquia constitucional. Nas palavras do redator:

Ao ouvir a leitura do exordio quem desconhecerá a linguagem do orador sagrado, possuído da importância do objeto de que vai tratar, do lugar onde fala, do auditório que o escuta? Mas a narração cai no inverso: aqui, o orador desvia-se do seu objeto, abusa de sua elevada posição e desce a personalidades que nem a política, muito menos a religião aconselham.

[...] Mas o que esperar à vista da direção que se quer dar aos espíritos? Não é só o Regente atual quem o orador de Barbacena chama a contas pelo estado de nossas cousas: a Regência Trina, que já não governa o Estado, que nenhum bem ou mal pode fazer-lhe, é trazida ainda ante o público, e para que? Para taxá-la de *inerte, frouxa e imbecil*.

[...] ali [nos ministérios] se gastaram as nossas inteligências políticas, senão todas, ao menos uma boa parte e depois de terem sofrido durante a sua administração bem crua guerra, acabam agora por ouvir declarar que os seus conselhos, que os seus esforços, que a sua solicitude pelo bom

desempenho dos deveres que lhe estavam confiados foram inúteis; que o país nada ganhou com eles.

[...] quer uns quer outros tinham mais direito a esperar, se não gratidão, ao menos indulgência; eles deviam descansar na justiça do orador que empregou o escalpelo da análise sobre seus atos, que talvez mesmo já lhe tenha tributado encômios e reconhecido serviços e aptidão; porém já sabemos que é costume do Parahybuna não reconhecer as próprias contradições e as dos seus partidistas, por mais evidentes que sejam (O UNIVERSAL, 23 de dezembro de 1836, nº 153).

Os escritos do redator do Universal – que com certeza era o deputado provincial José Pedro Dias de Carvalho – demonstram a primeiro momento uma certa indignação quanto a posição do “orador sagrado” em relação às severas críticas às regências, e por conseguinte a todos os seus gabinetes, acusados de inertes. Mas, apesar da indignação, o que mais parece ser palpável é o nítido ressentimento para com a fala do padre de Barbacena, que alguns anos antes mereceu aplausos por seu apoio aos liberais em discurso feito em Pitangui. O sacerdote não seria ninguém mais, ninguém menos, que o próprio Justiniano da Cunha Pereira, cujo discurso chegou a ocupar as quatro páginas do Universal nº 924 de 1833.

Para José Pedro, era de se esperar que os membros das regências e seus apoiadores dentro do governo merecessem reconhecimento por suas aptidões e pelas dificuldades passadas durante sua estadia no poder. Para o redator liberal, tais críticas foram vistas como ingratidão, cujos críticos eram incapazes de ver a contradição de seus atos, quando a pouco tempo antes se portavam como defensores do governo liberal. Tal desconforto é um claro sintoma da aderência de muitos ex-partidários da facção liberal moderada à causa do regresso conservador.

Em resposta a José Pedro, Justiniano da Cunha Pereira afirmou que:

[...] os males públicos de que a nação se ressente, são descritos com vivas cores, mas o Universal queria que o orador sobre lançasse um véu caliginoso: então para que chama ao púlpito “Cadeira da Verdade”? se reconhece que ali é a cadeira da verdade, como se arrufa tanto por que se disse a verdade? [...]. Falemos claro, o Sr. José Pedro se estomagou porque o orador não teceu elogios ao governo de seu padrinho; mas panegiricar a quem não merece! Isso não é dado a todos (O PARAHYBUNA, 01 de março de 1837, nº 76).

Por meio do periódico O Parahybuna – periódico regressista, cujo redator era o dito padre Cunha Pereira – respondeu-se que na “Cadeira da Verdade” só a verdade pode ser dita. O ressentimento de José Pedro pode ter se tornado ainda mais pessoalizado a partir do momento em que Cunha Pereira afirma não “panegiricar a quem não merece”, em uma clara indicação ao padre regente Diogo Antônio Feijó, referenciado como “padrinho” de José Pedro. Daí, provavelmente veio o apelido dado a José Pedro – Mopadinho - na sátira “Clube dos Anarquistas” escrita por Justiniano da Cunha Pereira em 1838.¹⁰

Bem, até aqui vemos que boa parte da elite intelectual, que preponderantemente se posicionou no tabuleiro político e eleitoral, se preocupou em neutralizar o povo que supostamente ainda era incapaz de tomar decisões importantes e de formá-lo em função das “luzes do século”. Em um contexto em que a maioria da população era analfabeta, vista como “sem luzes”, regida por paixões e que poderia ser facilmente “iludida”, o clero se destacou como parte importante nas tentativas de neutralização e conscientização dos cidadãos por meio dos púlpitos. Essa “conscientização” claramente se direciona ao povo de acordo com as concepções políticas do sacerdote, que discursa e defende suas ideias ou a de seu grupo político. O suposto papel de neutralidade que o clérigo deveria ter raramente se apresenta como tal, sendo plenamente possível e plausível que os padres pudessem direcionar os votos dos cidadãos ao seu grupo de apoio, fosse para que ele próprio fosse eleito ou para que um companheiro de “partido” tomasse assento nos cargos representativos.

Os discursos políticos feitos através dos púlpitos foram em direção às duas vertentes políticas que disputaram o poder durante a década de 1830 em Minas Gerais, mas ao que tudo indica, até meados da década os liberais moderados ainda eram a maioria e seus periódicos foram de longe os mais conservados e por isso mais acessíveis. Nos periódicos, os discursos dos padres liberais aparecem com maior frequência, o que não quer dizer necessariamente que os padres caramurus/regressistas não tivessem espaço de ação em Minas, tanto que algumas críticas aparecem nas páginas dos periódicos liberais.¹¹

¹⁰ O Clube dos Anarquistas, de Justiniano da Cunha Pereira, foi publicado no Parahybuna pelo próprio autor da sátira no ano de 1838.

¹¹ Dentre os periódicos liberais que tiveram padres como participantes estiveram pelo menos o Astro de Minas, O Novo Argos e O Pregoeiro Constitucional. Contudo os discursos proferidos pelos padres enquanto párocos são pontuais e não é um pressuposto que tais discursos apareçam com maior frequência nos jornais redigidos ou editados por membros do clero. O Universal foi um dos que deu atenção aos sermões e discursos durante as eleições e festas cívicas e mesmo assim não há indícios de que houvesse um clérigo por trás de seus tipos. Os periódicos caramurus e regressistas aos quais tivemos acesso (como o Constitucional Mineiro e O Parahybuna), tiveram padres como redatores e seus escritos frequentemente foram debatidos pelos jornais liberais de Minas.

Com os regressistas em evidência a partir da segunda metade da década de 1830 essas críticas apareceram com mais frequência, mas o mais interessante é que muitos padres que antes eram partidários do grupo liberal se tornaram partidários do regresso, causando um claro mal-estar entre os liberais e seus antigos aliados.

Entretanto, antes que o regresso conservador tomasse um espaço mais relevante na política do período regencial, eram os liberais moderados aqueles que ocupavam maior número de assentos na Câmara dos Deputados. Nas eleições de 1833 alguns padres foram eleitos para Assembleia Geral a fim de representarem a província de Minas Gerais. José Custódio Dias foi o segundo deputado mais votado para a 3ª legislatura da Assembleia Geral; o padre recebeu 1.033 votos. José Bento Leite Ferreira de Mello chegou a receber 971 votos nos colégios eleitorais da província, ficando entre os seis mais votados. Antônio Maria de Moura e Antônio José Ribeiro Bhering receberam 754 votos cada um, ficando entre os 15 mais votados. Já o vigário João Dias de Quadros Aranha recebeu o número de 652 votos, ficando entre os 19 deputados mais votados e com número de votos bastante discrepante em relação ao 20º mais votado, foram mais de 300 votos de diferença.¹² Observamos que o número de votos em determinados colégios eleitorais foram idênticos para a maioria dos deputados eleitos - como foi no caso de Curvelo, São João Del Rei, São José Del Rei, Barbacena, Lavras, Jacuí, Pouso Alegre, Rio Pardo, São Domingos, Itacambira, Araxá e Dolores – mostrando a importância das listas e das alianças políticas para um bom resultado nas eleições.

Para ocupar os cargos na Assembleia Provincial de Minas Gerais, que inicia seus trabalhos somente em 1835, as eleições ocorreram em fins do ano de 1834. A assembleia contava com 36 cadeiras disponíveis e 15 suplentes deveriam estar na lista de excedentes para eventuais necessidades de convocação. O desembargador Manoel Ignácio de Mello e Souza foi o deputado mais votado durante a primeira eleição para deputados provinciais, posto que já contava com um capital político bastante relevante, não somente pelo fato de ter sido presidente da província a pouco tempo, mas também por suas alianças com boa parte dos liberais moderados. Imediatamente a Mello e Souza, muitos liberais notórios, provincialmente falando, foram eleitos com um bom número de votos. Nesse contexto, o

¹² A tabela com o número de votos recebidos por cada um dos eleitos em cada um dos 32 colégios eleitorais pode ser vista no Universal, 1833.

padre com maior número de votos foi Bento de Araújo Abreu, um dos líderes liberais da região do Serro. Além de Abreu, outros 12 padres foram eleitos.

Quadro 1. Padres eleitos para a primeira legislatura da Assembleia Provincial de Minas Gerais (1835-1837)

Posição	Deputados eleitos	Nº de votos
5º	Bento de Araújo Abreu	805
10º	Candido Tadeu Pereira Brandão	712
12º	João Antunes Correa	650
13º	Carlos Pereira Freire de Moura	629
14º	João Baptista de Figueiredo	629
16º	Francisco Antônio da Costa	609
22º	Antônio Gomes Nogueira Freire	481
30º	José Antônio Marinho	388
31º	Manoel Júlio de Miranda	387
34º	Antônio José Ribeiro Bhering	375
35º	Antônio José da Silva	374
36º	Manoel Rodrigues Jardim	364

Fonte: O UNIVERSAL, 1834, nº 1123.

A câmara durante sua primeira legislatura foi majoritariamente liberal e suas divisões “partidárias” ainda não eram muito claras, isso sem levarmos em consideração os indivíduos que pouco se expressaram na tribuna. Assim, ao que tudo parece indicar, os padres eleitos nesse momento também foram de maioria liberal, mas algumas complexidades devem ser levadas em consideração em uma tentativa de esclarecer a atuação desses padres. Para fim de análises, podemos distribuir esses clérigos em três grupos: a) os que se mostraram convictamente liberais nesse período e que permaneceram defendendo as agendas da facção liberal mesmo após a deterioração das alianças que a formavam – é o caso de Bento de Araújo Abreu, Francisco Antônio da Costa, José Antônio Marinho, Antônio Gomes Nogueira Freire e Antônio José Ribeiro Bhering, esse último aparece ainda nesta legislatura de forma muito mais moderada do que os demais padres liberais; b) os que pouco se expressaram, o que dificulta a análise, mas que parecem indicar certa moderação entre os dois polos que começavam a se formar – é o

caso de Cândido Thadeu Pereira Brandão, João Baptista de Figueiredo, e Manoel Rodrigues Jardim, esse último padre foi tido como um liberal moderado, mas sua morte logo no início da legislatura impede maiores conclusões; c) os antigos liberais que caminhavam paulatinamente para o regresso conservador – Antônio José da Silva, João Antunes Correa, Manoel Júlio de Miranda e Manoel Pinto Ferreira, sendo que este último entra por meio da suplência.¹³ Com essa divisão, como um pequena amostra de como a Assembleia se apresentou durante sua primeira legislatura, vemos que alguns dos padres passaram a se figurar como uma parte dissidente do grupo liberal, se direcionando ao regresso. Isso, parece não ter ocorrido somente devido às mudanças propriamente políticas que ocorriam naquele momento, mas também pelo fortalecimento das ideias ultramontanas no seio da igreja brasileira (SANTIROCCHI, 2010). Aliás, o melhor exemplo para notarmos essas divisões entre os padres liberais e os regressistas foi a proposta e discussão do projeto de remoção de párocos apresentada a Assembleia Provincial em 1836.

As eleições para o provimentos das cadeiras da Assembleia Provincial referentes a segunda legislatura (1838-1839) ocorreram em fins do ano de 1836 e o número de padres eleitos entre os 36 membros foram significativamente menor do que na legislação anterior (o número de padres só aumentaria novamente na sexta legislatura, 1846-1847, durante o quinquênio liberal).¹⁴ Cinco padres foram reeleitos; desses, dois eram decididamente liberais - Abreu e Marinho - e dois se direcionaram claramente ao regresso - Miranda e Correa -, enquanto um deles parece ter apenas tendido ao regresso - Freire de Moura. O fortalecimento do grupo regressista pode ter sido responsável pelas mudanças no cenário político e na formação da Assembleia Provincial de Minas Gerais nas legislaturas que se seguiram, ainda que a maioria da Câmara fosse, na segunda legislatura, formada por maioria liberal (OLIVEIRA, 2018, p. 11).

¹³ Claus Rodarte (2014) já havia proposto uma interpretação sobre a identidade política dos representantes da Assembleia Provincial para seu primeiro ano de atuação. O autor dividiu a câmara em quatro grupos, os partidários de Mello e Souza; os partidários de Bernardo Pereira de Vasconcellos; os “*enfants enrégés*, liberais; e os independentes ou indecisos. Alguns dos padres classificados por Rodarte merecem maior atenção, pois mesmo que tais classificações sirvam como uma forma de se facilitar a análise, alguns deles são de difícil classificação por sua baixa participação na assembleia, mesmo sendo lideranças importantes – esse parece ser o caso de Carlos Pereira Freire de Moura, futuro bispo eleito de Mariana, classificado como partidário de Vasconcellos, porém não podemos afirmar que esse padre tenha ido ao encontro do grupo regressista por falta de informações claras a respeito de suas atuações, apesar de ser provável que o mesmo tenha tido algum tipo de aliança com o grupo regressista; a própria nomeação de Freire de Moura ao bispado pode nos dar margem para especulações.

¹⁴ O mapeamento foi possível com base na lista de eleitos elaborada pela Universidade Federal de Ouro Preto, alguns padres são indicados como tal, mas outros não apresentam informações de seus ofícios. Sendo assim, foi necessário observar a forma como os deputados foram referenciados nos periódicos e nas sessões da assembleia. Durante a sexta legislatura as sessões eram publicadas no periódico Compilador da Assembleia Provincial de Minas Gerais, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Quadro 2. Padres eleitos para a segunda legislatura da Assembleia Provincial de Minas Gerais (1838-1839)

Posição	Deputados eleitos	Nº de votos
10º	Manoel Júlio de Miranda	628
12º	Bento de Araújo Abreu	615
17º	José Antônio Marinho	568
20º	João Antunes Correa	551
28º	Antônio Ribeiro de Andrade	426
33º	Carlos Pereira Freire de Moura	396

Fonte: O UNIVERSAL, 1836, nº 151.

Os padres eleitos em 1836 para a próxima legislatura (1838-1839) se afirmaram como lideranças dos respectivos grupos aos quais passaram a representar. Alguns dos que não foram reeleitos acabaram ficando na suplência – foram os casos de Francisco Antônio da Costa, Nogueira Freire, Pinto Ferreira e Antônio José da Silva.

Os não eleitos atuavam também em outras frentes de defesa como nos púlpitos, nas associações e nos periódicos. Muitos dos padres políticos estiveram por diversas vezes nas câmaras municipais de suas vilas de origem ou onde atuavam como párocos, o que com certeza contribuiu para que continuassem a nutrir seu papel político, mesmo longe da Assembleia Provincial. Muitos deles retornaram a Assembleia Provincial nas legislaturas seguintes, sendo que alguns – Bhering, Miranda, Marinho, Correa, Silva e Abreu - ¹⁵ chegaram a ocupar a deputação geral nos anos que se seguiram.

Sendo assim, os padres se inseriram no processo eleitoral de forma legítima enquanto funcionários públicos. A legitimação alcançada graças ao seu caráter religioso parece ter se reafirmado a partir do momento em que o Estado os investiu de poder organizativo para determinadas funções. Nas mesas, tiveram espaço de ação suficiente para interferir nos resultados eleitorais, caso quisessem. Como párocos, tiveram espaço privilegiado ao fazerem uso dos púlpitos e da catequese, exercendo poder simbólico

¹⁵ Bento de Araújo Abreu não chega a tomar posse, o padre falece em 1841.

enquanto membros da Igreja em uma sociedade de bases cristãs. Até aqui, o contato com povo é uma característica que marcou a trajetória de muitos clérigos, sobretudo os que exerceram funções nas paróquias e capelas. Tais características possivelmente os auxiliaram durante o processo de construção de suas carreiras políticas - que geralmente partiram do âmbito local, vilas e arraiais, passando pelo provincial e alcançando por vezes o nacional.

Apesar de muitos padres terem se destacado por seu liberalismo e por isso todo um grupo ter sido conhecido, generalizadamente, “por suas ideias libertárias” (CARVALHO, 2013, p. 183), um número bastante considerável de padres políticos atuou a favor do regresso conservador em alinhamento a um ultramontanismo nascente. A maioria dos padres políticos que se inclinaram ao regresso foram membros das colunas liberal moderadas de Minas Gerais até meados da década de 1830; atuaram em festas cívicas em comemoração aos feitos e vitórias dos liberais em contraponto aos “servos do duque de Bragança”. Mas, nem sempre essas mudanças são tão recheadas de contradição quanto imaginamos; o grupo liberal moderado já se esfacelava após as conquistas alcançadas – como o chamado “glorioso 07 de abril”. Com isso, novos objetivos surgiram, gerando conflitos e dissidências.

conclusão

Durante os pleitos, os párocos desempenharam papéis importantes. Por meio dos púlpitos, puderam expressar suas ideias e posições políticas, mesmo que as vezes esses posicionamentos fossem censurados por seus adversários por meio da imprensa. Ao fazerem uso da oratória sagrada em articulação com suas posições políticas, cremos ser provável que os padres possam ter influenciado os votantes e os eleitores de suas paróquias, já que muitos párocos foram reconhecidos por sua eloquência e boa articulação, o que naturalmente poderia atrair a atenção ou o respeito de seu rebanho. Convenientemente, o “rebanho” ao qual os padres se dirigiam coincidia em partes com os votante e eleitores. Os discursos feitos antes das eleições não são eventos isolados, festas cívicas e religiosas também contavam com uma sermonística, casando muitas vezes a religião com os acontecimentos marcantes que se ligavam diretamente a vida política do período.

O dia a dia, em si, parece ter propiciado a inserção do clero na política, transformando o apoio dos padres em essencial para os grupos políticos do período e permitindo que muitos padres ocupassem cargos políticos relevantes. Não foram somente os padres liberais (muitos deles afinados com as ideias regalistas) que se inseriram no campo político, mas também um número considerável de regressistas e que se identificavam com as tendências ultramontanas próprias do período de fortalecimento do regresso conservador.

Referências

Fontes

O Astro de Minas, São João Del Rei (MG)

O Novo Argos, Ouro Preto (MG)

O Parahybuna, Barbacena (MG)

O Universal, Ouro Preto (MG)

O Vigilante, Sabará (MG)

Obras Gerais

AGUIAR, T. F. de. *Demofobia e demofilia: dilemas da democratização*. Rio de Janeiro: Azougue, 2015

CARVALHO, J. M. de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015

DURAN, R. da C. *Ecos do púlpito: oratória sagrada no tempo de D. João VI*. São Paulo: UNESP, 2010.

LUZ, E. de M. M. *Incendiárias folhas: ação política e periodismo na trajetória do Padre Antonio José Ribeiro Bhering (1829-1849)*. Tese (doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista (Franca), 2016.

MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

OLIVEIRA, K. E. M. “O cavalo de batalha do regresso”: a segunda legislatura da Assembleia provincial mineira e a defesa do Ato Adicional, 1838-1839. In: *Anais do II Encontro de pós-graduandos da Sociedade Brasileira de Estudos do Oitocentos*, Juiz de Fora, 2018, v. 2.

RODARTE, C. Os liberais de Minas e o “Regresso”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 50, n. 2, p. 68-85, 2014.

SANTIROCCHI, Í. D. Afastemos o Padre da Política! A despolitização do clero brasileiro durante o Segundo Império. *MNEME – Revista de Humanidades*, vol. 12 (29), p. 187-207, Jan/Jul., 2011.

SILVA, A. R. C. Padres políticos e suas redes de solidariedade: uma análise da atuação sacerdotal no sertão de Minas Gerais (1822 e 1831). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 32, n. 63, p. 119-142, 2012.

SILVA, W. *Liberais e povo: A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo: HUCETEC, 2009.

SOUZA, B. S. de. *O sistema eleitoral no Império*. Brasília: Senado Federal, 1979.

SOUZA, F. J. O. *Do Altar à Tribuna: os padres políticos no contexto de formação do Estado Nacional Brasileiro (1823-1841)*. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

VEIGA, J. P. X. A imprensa em Minas Gerais, 1807-1897. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, ano III, 1897.

Recebido em: 26/03/2020 – Aprovado em: 20/05/2020